

## ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO – SC COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA DA PRODUÇÃO FAMILIAR<sup>1</sup>

ANALYSIS OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM IN PINHALZINHO - COUNTY - SC AS REPRODUCTION STRATEGY OF SOCIO-ECONOMIC FAMILY PRODUCTION

ANÁLISIS DEL PROGRAMA DE COMPRAS DE ALIMENTOS EN LA CIUDAD DE PINHALZINHO - SC COMO ESTRATEGIA DE REPRODUCCIÓN SOCIOECONÓMICA DE PRODUCCIÓN FAMILIAR

Carla Hentz

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP

Programa de Pós-Graduação em Geografia

[carla.hentz@gmail.com](mailto:carla.hentz@gmail.com)

**Resumo:** Este artigo tem como tema as políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas para a agricultura familiar, mais especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Busca-se analisar as possibilidades de comercialização abertas pela instauração desta política pública e, até que ponto, isso tem propiciado alternativas econômicas e sociais para que os pequenos produtores familiares consigam se inserir de forma autônoma no mercado, superando o modelo hegemônico pautado no “sistema de integração” com as agroindústrias processadoras que atuam no estado de Santa Catarina. Para se alcançar esse objetivo, considerando como área de estudo o município de Pinhalzinho-SC, trabalhou-se com dados de fontes secundária e primária. Além disso, foi realizada revisão bibliográfica acerca das temáticas: políticas públicas de desenvolvimento rural e agricultura familiar. Os resultados revelam que o PAA se constitui como uma importante política pública, principalmente como alternativa acessória de renda para o núcleo familiar. Por outro lado, a pesquisa permitiu evidenciar lacunas que limitam uma ruptura com o modelo produtivo dominante na região Oeste Catarinense.

**Palavras-chave:** Políticas públicas de desenvolvimento rural; Agricultura familiar; Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; Pinhalzinho – SC.

**Abstract:** This article focuses on the rural development of public policies for family farming, more specifically the Food Acquisition Program (PAA). The aim is to analyze the marketing possibilities offered by the establishment of this public policy, and to what extent, this has fostered economic and social alternatives for small family farmers are able to insert autonomously on the market, overcoming the hegemonic model based on the "system integration" with the processing agribusinesses operating in the state of Santa Catarina. To achieve this goal, considering how the study area the municipality of Pinhalzinho - SC, we worked with data from secondary and primary sources. In addition, it performed extensive bibliography about the themes: public policies for rural development and family farming. The results show that PAA is constituted as an important public policy, especially as an accessory alternative source of income for the household. On the other hand, research has highlighted gaps that limit a break with the dominant production model in western Santa Catarina region.

**Keywords:** Public policies for rural development; Family farming; Food Acquisition Program - PAA; Pinhalzinho - SC.

**Resumen:** Este artículo se centra en el desarrollo rural de las políticas públicas para la agricultura familiar, más concretamente, el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA). El objetivo es analizar las posibilidades de comercialización que ofrece el establecimiento de esta política pública, y en qué medida, esto ha propiciado alternativas económicas y sociales para que los pequeños productores familiares sean

<sup>1</sup> Este texto resulta de reflexões desenvolvidas pela autora em sua pesquisa, sob a orientação do prof. Dr. Wagner Batella.

capazes de insertarse de forma autónoma en el mercado, superando el modelo hegemónico pautado en el "sistema de integración" con las agroindustrias de procesamiento que operan en el estado de Santa Catarina. Para lograr este objetivo, considerando como área de estudio a la ciudad de Pinhalzinho - SC, se trabajó con datos de fuentes secundarias y primarias. Además, se realizó una revisión bibliográfica sobre los temas: políticas públicas para el desarrollo rural y la agricultura familiar. Los resultados muestran que la PAA constituye una política pública importante, sobre todo como una fuente alternativa de ingresos de accesorios para el núcleo familiar. Por otra parte, la investigación permitió evidenciar deficiencias que limitan una ruptura con el modelo de producción dominante en la región oeste de Santa Catarina.

**Palabras-clave:** Políticas públicas para el desarrollo rural; Agricultura familiar; Programa de Adquisición de Alimentos - PAA; Pinhalzinho - SC.

## Introdução

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, foi uma das mais importantes medidas adotadas com a chegada de Lula ao poder em 2003. Inserido em um amplo debate sobre desenvolvimento e distribuição de renda, o PAA inovou quando assumiu ao mesmo tempo duas importantes funções: fortalecer a agricultura familiar por meio da aquisição dos produtos e, assegurar as pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar o acesso a alimentação. As ações do programa viabilizam a articulação entre a produção, a comercialização e o consumo, visando colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar.

A essencialidade do tema relaciona-se amplamente com a importância assumida pela agricultura familiar nas últimas décadas do século XX. Esta mudança está circunscrita – ao menos do ponto de vista da retórica - a nova abordagem incorporada às políticas públicas a partir da década de 1990, quando se busca superar o viés meramente setorial e produtivista das políticas públicas voltadas ao espaço rural.

Esta nova mudança na concepção das políticas públicas buscou atenuar os profundos impactos causados pelo processo de modernização agrícola – que concretizou no país, um modelo conservador e excludente -, limitando o acesso à terra e desencadeando um intenso processo de êxodo rural.

Neste contexto, o processo de modernização em curso no país exige, no que concerne a região Oeste do estado de Santa Catarina, crescentes imposições tecnológicas e uma intensa especialização produtiva da atividade agroindustrial. Isso desonera da atividade agropecuária significativo número de pequenos produtores rurais, que não tendo outras opções de comercialização acabam relegados à mudança de atividade ou a proletarianização. Desta forma, justifica-se a escolha do recorte espacial, tendo em vista que foi nesta porção do estado que se consolidou o setor agroindustrial de carnes (aves e suínos).

Entendidos como componentes de uma totalidade complexa e dialética, as relações entre o campo e a cidade estão materializadas nos processos de apropriação do espaço pelo capital, como também, nas formas de (re)produção das condições materiais de vida dos sujeitos sociais. Neste sentido, nossa análise pauta-se em duas dimensões: a relação entre agricultura e indústria e a questão das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Destarte, para apresentar as análises realizadas nesta pesquisa trabalhamos com a seguinte metodologia: seis trabalhos de campo, onde foram realizadas entrevistas com representantes do setor da

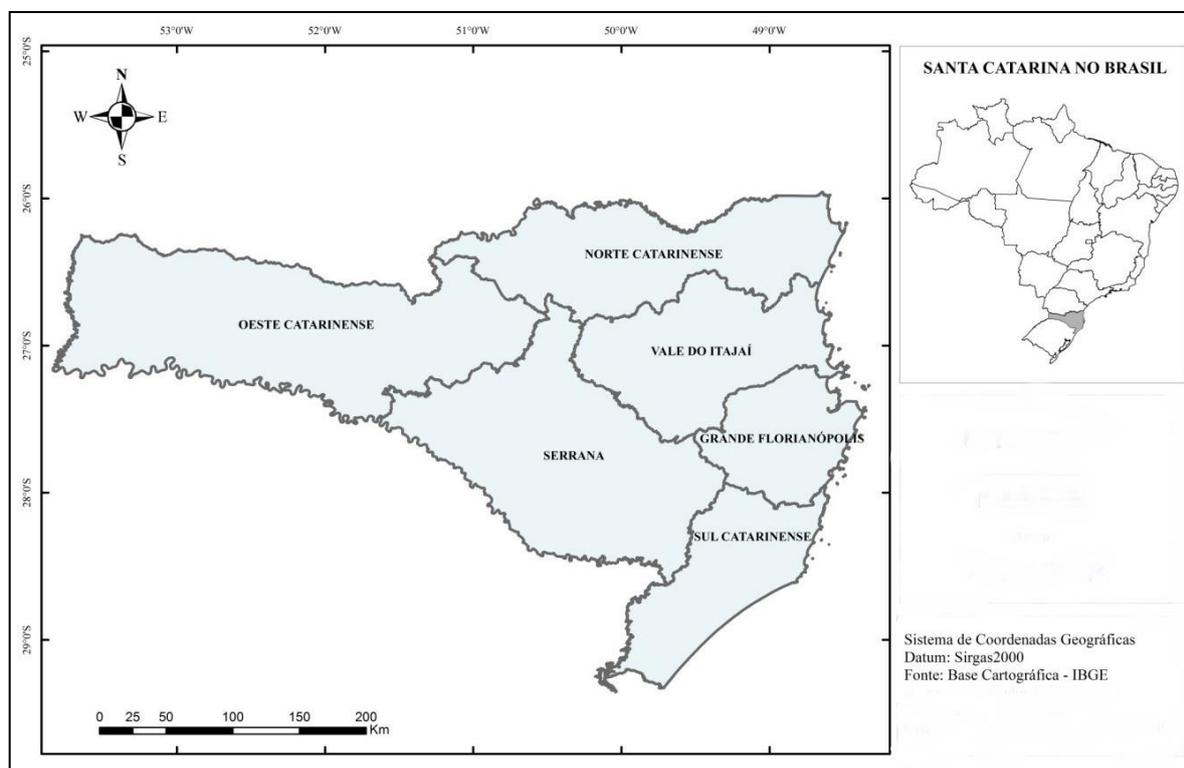
agricultura e aplicação de questionários aos 19 fornecedores do PAA. Além disso, ainda no plano metodológico, realizou-se revisão bibliográfica acerca dos temas: políticas públicas de desenvolvimento rural, agricultura familiar e, por meio de estudos empíricos, construiu-se um panorama sobre a formação do espaço rural do Oeste Catarinense.

tabulados no programa Microsoft Excel e interpretados por meio de representações gráficas, enquanto os qualitativos foram tratados primeiramente via transcrição das gravações e na sequência, ambos foram analisados *pari passu* à construção do marco teórico.

Dessa maneira, o texto está estruturado em duas partes. Na primeira, faremos uma contextualização acerca do processo de ocupação do Oeste Catarinense e da consolidação das agroindústrias processoras de carne. Além disso, destacamos o contexto da agricultura familiar e sua relação com o setor agroindustrial. Na segunda parte, elaboramos algumas considerações em relação às políticas públicas de desenvolvimento rural, com destaque para o PAA no município de Pinhalzinho – SC.

### **O sistema de integração no Oeste Catarinense e o papel das políticas públicas de desenvolvimento rural**

O Oeste Catarinense é uma das seis mesorregiões que compõem o território de Santa Catarina. Possui uma área aproximada de 25.215 Km<sup>2</sup>, respondendo por 25% da superfície estadual. Apresenta uma população em torno de 1.200.712 habitantes, sendo que 860.563 vivem no meio urbano (71,6%), e 340.149 (28,3%) no meio rural (IBGE, Censo 2010). A região Oeste é delimitada ao sul pelo Estado do Rio Grande do Sul, ao norte pelo Estado do Paraná, a oeste pela Província de Misiones – Argentina e a leste pela região do Planalto de Santa Catarina (Mapa 1).



**Mapa 1 - Mesorregiões Geográficas do IBGE no Estado de Santa Catarina.**

Fonte: Base cartográfica - IBGE. Elaborado pela autora.

As particularidades que hoje caracterizam a região Oeste são decorrentes de seu intenso processo de colonização. Sua formação socioeconômica é resultado de um longo e peculiar processo histórico, na qual inúmeros ciclos e fases econômicas foram paulatinamente sendo incorporadas e substituídas, culminando em um sistema político e econômico diferenciado.

A ocupação do Oeste deu-se inicialmente por meio das empresas colonizadoras, a partir do século XIX. Todavia, muito antes da vinda das primeiras empresas colonizadoras e, efetivamente, dos primeiros grupos de alemães e italianos do Rio Grande do Sul, a região já era habitada por índios, especialmente os Xoklengs e Kaingangos e por caboclos. A colonização de fato tornou-se expressiva e legalmente reconhecida pelo Estado com o término da Guerra do Contestado<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A **Guerra do Contestado** ocorreu de 1912 a 1916 envolvendo os moradores locais (brasileiros) e a colonizadora ligada à empresa responsável pela construção da estrada de ferro que atravessaria o Meio-oeste entre os rios Iguçu (ao Norte) e Uruguai (ao Sul), margeando o rio do Peixe em aproximadamente 75% de sua extensão. O conflito tornou-se a razão de dois importantes acontecimentos: do ponto de vista social, uma tragédia para a população cabocla; do ponto de vista econômico uma conquista, um meio de escoar a produção, permitindo fluidez no transporte e comunicação por onde passava. A Guerra do Contestado pode ser compreendida a partir da tese de Pertile (2008), intitulada **Formação do espaço agroindustrial em Santa Catarina**.

De acordo com Corazza (2013), a colonização não ocorreu de forma espontânea, mas sim induzida pelo governo. A intenção governamental era a de colonizar as terras com uma população de origem europeia, haja vista que julgava pouco eficiente a ocupação pré-existente (índios, caboclos e fazendeiros). De fato, a colonização se intensifica a partir da década de 1940, quando as primeiras propriedades agrícolas rurais começaram a ser instaladas no Oeste, tendo por base a pequena produção familiar - processo este que sustentou o surgimento das atividades econômicas e industriais que na atualidade caracterizam a região e seu sistema fundiário. Como já possuíam vasta experiência no cultivo da terra, a colonização praticada na localidade foi uma continuidade a acumulação de capital que já era realizada em outros locais, como no Rio Grande do Sul (ALBA, 2008).

Inicialmente, nas pequenas propriedades rurais era praticada a agricultura de subsistência, bem como a criação de suínos e aves nas proximidades da casa. Outros produtos como a extração de madeira, a colheita da erva-mate e o plantio de alfafa se destinavam à venda nos mercados locais e nacionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e para a Argentina (ESPÍNDOLA, 1999). Com a evolução das atividades, a produção familiar começou a gerar excedentes, sobretudo, no que concerne a criação de suínos. O aumento nos grandes centros consumidores fez com que os pequenos produtores aumentassem sua produção. Conforme ressalta Espíndola (1999), este processo resultou, posteriormente, na instalação dos primeiros frigoríficos no Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

O setor agroindustrial passou a adquirir expressividade a partir da década de 1950, como resultado da acumulação de capital de alguns comerciantes. O cenário favorável desenhado pelo crescimento sistemático da produção na região levou alguns desses comerciantes a vislumbrar no processamento industrial de carnes uma excelente oportunidade de investimentos.

Da mesma forma, a consolidação do setor agroindustrial esteve estreitamente ligada a fatores que outrora foram imprescindíveis para promover o desenvolvimento da cadeia produtiva. Em um primeiro momento, aponta-se o Estado como principal agente promotor, criando estâncias legais para viabilizar a implantação. Em um momento posterior, o setor teve como um dos pilares a extração da produção organizada à base do trabalho familiar, o que permitiu a expansão do capitalismo no campo e propiciou significativo acúmulo de capital as agroindústrias.

Amplamente difundido nos Estados Unidos e países europeus, o “sistema de integração<sup>3</sup>” como ficou conhecido, atendeu de forma satisfatória às demandas da agroindústria, principalmente diante das novas imposições tecnológicas de produção e consumo.

Piva (2010, p. 24) relata que,

---

<sup>3</sup> O Sistema de Integração consiste em um contrato normativo de parceria entre a empresa (integradora) e o pequeno produtor (integrado). A empresa se responsabiliza pelo fornecimento da matéria-prima, dos insumos e medicamentos, pela assistência técnica, logística de transporte, abate e comercialização da produção. Enquanto o produtor (integrado) aporta as suas instalações, mão-de-obra e se encarrega por atender todas as exigências impostas pela agroindústria. Ao final, o produtor integrado recebe uma remuneração (FRANÇA, 2000).

[...] é na década de setenta, portanto, que este novo modelo de produção se assenta plenamente, ao passo que a interdependência entre indústria e agricultura é tão sentida que o antigo caráter autônomo da agricultura, assim como a capacidade decisória dos grupos sociais rurais, se abala e perde força. Dessa forma, muda-se o modo até então predominante de se produzir, combinando elementos antigos como terra e trabalho aos insumos e serviços industrializados.

Diante das novas conjunturas, as pequenas unidades familiares foram forçadas a adotar estratégias de produção baseadas no sistema de integração: uso intensivo de insumos, equipamentos modernos, técnicas de manuseio de animais, melhoramento genético, novas técnicas de desossa, processamento e conservação de carnes; capacitação gerencial e industrial dos funcionários e controle da produção animal por meio de terminais de computadores, aumentando consideravelmente a composição orgânica do capital (ESPÍNDOLA, 1999).

Neste sentido, Coletti (2009, p. 130) ressalta que a integração foi uma estratégia para organizar a produção e, ao mesmo tempo, “garantir quantidade, regularidade e qualidade do produto ofertado de acordo com as necessidades dos frigoríficos [...]” e de olho no mercado consumidor”.

Nas décadas de 1980 e 1990, este processo é intensificado impactando profundamente na dinâmica do desenvolvimento da região, sendo que “o equilíbrio entre produção agrícola familiar diversificada, agroindústria e território passa a sofrer forte transformação” (MIOR, 2010, p. 239). Diante da especialização produtiva do setor agroindustrial, parcela significativa dos pequenos produtores familiares, por falta de recursos financeiros, pequena escala de produção, falta de mão-de-obra, de outras oportunidades de trabalho etc., ou por não desejarem se submeter às imposições do sistema, ficou à margem do processo produtivo.

Pressionados e sem alternativas, muitos produtores veem-se obrigados a procurar por novas alternativas que propiciem e garantam sua sobrevivência. Algumas destas iniciativas convergem para a organização de cooperativas e/ou associações de pequenos agricultores, que buscam por meio da união coletiva, inúmeras novas estratégias para se reproduzir e manter no campo. Esta nova conjuntura contribui para a “construção de um novo ambiente institucional e organizacional dos empreendimentos de agregação de valor dos agricultores familiares” (MIOR, 2010, p. 241).

Neste processo de luta pela construção de novas alternativas, muitos dos pequenos produtores menosprezados pelo modelo produtivo encontram nas políticas públicas de desenvolvimento rural - a exemplo do PAA e PNAE -, novas possibilidades de comercialização e, conseqüentemente, de reprodução social.

Nesse sentido, cabe destacar a importância da incorporação de políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento da produção agrícola de caráter familiar, considerando o potencial de dinamização do desenvolvimento local/regional a partir da atividade, haja vista que a permanência dos agricultores familiares no campo, tem se tornado um constante desafio diante das crescentes imposições tecnológicas à produção, a falta de estrutura das pequenas propriedades e muitas vezes da renda insuficiente obtida a partir da atividade agropecuária, fatores estes que ao longo das últimas décadas tem provocado progressiva exclusão da agricultura familiar.



## **Mapa 2 – Localização do município de Pinhalzinho na Microrregião Geográfica de Chapecó – Santa Catarina.**

Fonte: Malha municipal do IBGE. Elaborado pela autora.

Neste duplo movimento, onde de um lado presencia-se uma concentração das atividades dominantes, vivencia-se de outro, uma (re)constituição da produção artesanal de alimentos e agroindústrias familiares. Esta revalorização da agricultura familiar na localidade tem sido estimulada por meio das políticas públicas de desenvolvimento rural, e se impõe como contraponto a hegemonia das agroindústrias.

Pinhalzinho caracteriza-se pela predominância de pequenas unidades produtivas que via de regra, diferenciam-se em vários aspectos; uso do solo, formas de produção, graus de capitalização, nas relações estabelecidas com o mercado e, principalmente, nos aspectos que caracterizam as unidades familiares.

Diante deste perfil de diferenciação que existe na agricultura do município, torna-se relevante pensar, no âmbito das políticas públicas, estratégias que levem em consideração a totalidade e a complexidade das unidades produtivas, buscando assegurar melhores condições de vida, sobretudo no que concerne à situação do produtor e, principalmente, para garantir a permanência dos agricultores familiares no campo.

Neste sentido, cabe destacar a importância da implementação do PAA no município, possibilitado aos produtores familiares novas alternativas de comercialização e renda, tendo em vista que, historicamente, esse tem sido um dos principais desafios para esses sujeitos sociais. O desafio que se apresenta é justamente superar estas amarras e criar canais alternativos de inserção autônoma, buscando amenizar as rupturas impostas pelo modelo hegemônico de produção.

É nesta direção que o texto prossegue, buscando analisar o papel das políticas públicas de desenvolvimento rural, tomando como estudo de caso o Programa Aquisição de Alimentos no município de Pinhalzinho - SC. Segue-se com uma análise dos dados e informações coletados nos trabalhos de campo realizados durante a pesquisa.

## **ANÁLISE DOS EFEITOS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE PINHALZINHO - SC**

As mudanças que ocorreram no campo tornaram-se evidentes a partir do momento em que as políticas públicas buscaram superar o viés meramente produtivista e passaram a levar em consideração o enfoque territorial. Desencadeadas a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas públicas de desenvolvimento rural proporcionaram significativas melhorias nas condições socioeconômicas da agricultura brasileira conduzindo-a a um maior reconhecimento diante das esferas governamentais deixando de ser apenas o *locus* da produção agropecuária.

Inserido neste contexto de redefinições das políticas públicas de desenvolvimento rural, o PAA se constitui em uma modalidade de apoio a agricultura familiar. No município em destaque, a adesão ao

programa configurou-se em um importante instrumento para renovar o enfoque dado à agricultura local. O programa passou a ser discutido e trabalhado a partir da obrigatoriedade do município em efetuar a compra de 30% da produção local para a merenda escolar<sup>4</sup>.

Dentre os municípios da Microrregião Geográfica de Chapecó, Pinhalzinho foi um dos primeiros municípios a efetivar a implementação do PAA, estando presente desde 2009 por meio da modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar – CAEAF (Doação simultânea). A prioridade desta modalidade está em promover a articulação entre a produção familiar e as demandas locais por meio da aquisição de alimentos e sua redistribuição as entidades socioassistenciais.

O programa passou a ser prioridade nas entidades relacionadas à agricultura, dentre essas, a Secretaria de Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e a Cooperativa dos trabalhadores da Agricultura Familiar - COOTRAF, que em um momento seguinte passaram a discutir e concretizar as ações inerentes ao PAA. De imediato, por se tratar de um programa novo, muitos agricultores não sentiram confiança em se desfazer das tradicionais formas de produção e iniciar uma produção mais sustentável.

Um amplo trabalho foi realizado para cadastrar o maior número possível de agricultores interessados, porém, de imediato, somente 10 famílias se inseriram recebendo a cota, sendo que a maioria já fazia parte de associações e/ou entidades que trabalham com produção orgânica ou participavam de feiras de produtos coloniais na cidade.

Conforme apontam os dados coletados em campo<sup>5</sup>, o quadro de fornecedores do PAA ampliou-se passando de 10 fornecedores em 2009, para 19 fornecedores em 2011, apresentando perspectivas positivas de crescimento para os próximos anos.

No ano de 2011, o valor dos projetos aprovados pelo município totalizou R\$ 492.066,70. Já no ano de 2012, com a ampliação do número de fornecedores, o valor dos projetos teve um crescimento de 26%, (i.e., R\$ 620.747,90), Figura 1. No ano de 2013, não houve nova contratação, todavia, os recursos de 2012 continuaram sendo normalmente executados até agosto de 2013. Com base nos dados publicados pelo Portal da Transparência Pública, nos anos de 2014 e 2015, não foram assinados novos convênios no município.

CPR		CNPJ	Entidade Proponente	Data de Vencimento	Valor Total R\$
SC/2010/02/0235		08.147.012/0001-55	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIA / COOTRAF	30/04/2012	287.040,00
SC/2010/02/0277		08.147.012/0001-55	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIA / COOTRAF	30/04/2012	142.442,00
SC/2011/02/0002		08.147.012/0001-55	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIA / COOTRAF	30/04/2012	62.584,70
<b>Total</b>					<b>492.066,70</b>

A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Acesso em: 18/05/2015.

<sup>5</sup> Os trabalhos de campo foram realizados no período de julho e agosto de 2011.

Figura 1 – Valor dos projetos do PAA aprovados em 2011 e 2012, no município de Pinhalzinho.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Transparência pública do PAA.

Este crescimento no valor dos projetos reflete a confiança dos produtores no programa, haja vista que este assume ao mesmo tempo duas importantes funções: fortalecer a agricultura familiar de um lado, e garantir o acesso à alimentação as pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar.

O programa concretizou-se e serviu de modelo a novos agricultores e também a municípios vizinhos que passaram a discutir e paulatinamente implantar o programa.

		<b>Companhia Nacional de Abastecimento</b>		19/05/2015
		<b>Transparência Pública do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos</b>		10:11:36
				Pág.: 1 de 1
Ano: 2012				
Modalidade: CPR-Doação				
Origem do Recurso: MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome				
UF: SC Município: Pinhalzinho				
CPR	CNPJ	Entidade Proponente	Data de Vencimento	Valor Total R\$
SC/2011/02/0033	08.147.012/0001-55	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIA / COOTRAF	23/05/2013	178.870,45
SC/2012/02/0034	08.147.012/0001-55	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIA / COOTRAF	27/08/2013	78.679,45
SC/2012/02/0037	08.147.012/0001-55	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIA / COOTRAF	27/08/2013	150.771,50
SC/2012/02/0038	08.147.012/0001-55	COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIA / COOTRAF	27/08/2013	212.426,50
<b>Total</b>				<b>620.747,90</b>

A entidade proponente do programa no município é a COOTRAF, sendo supervisionada pela Superintendência Regional da Conab em Santa Catarina. No auxílio e parte da condução do programa, a Prefeitura municipal disponibilizou um funcionário do setor da Secretaria de Agricultura para trabalhar na organização, coleta e distribuição dos produtos.

Em entrevista com o coordenador da COOTRAF<sup>6</sup>, este relata as dificuldades enfrentadas pela entidade para manter o programa. No momento da implantação dos projetos do PAA, a falta de recursos e a estrutura reduzida da entidade foram e são atualmente limitantes ao programa. O coordenador destaca a importância e a necessidade de estruturar melhor a Cooperativa para poder de forma mais ativa acompanhar os agricultores e/ou agroindústrias, fornecendo assistência técnica eficiente e suporte. Afirma ainda que hoje um dos principais entraves é a falta de recursos, sendo que legalmente, estes não podem sair do próprio projeto do PAA para suprir faltas na execução do programa. Os recursos enviados são destinados restritamente à compra da produção.

Analisando o perfil e o impacto socioeconômico do PAA no município de Pinhalzinho junto a uma amostra de 19 fornecedores, é possível identificar que constituem um grupo heterogêneo. No que tange a escolaridade e local de residência, o perfil apresenta-se bastante semelhante, sendo que a maioria está em uma faixa etária mais avançada, o nível de escolaridade é baixo, tendo em vista que a maioria não possui o

<sup>6</sup> Entrevista realizada no dia 27/08/2011 junto ao coordenador da COOTRAF.

ensino fundamental completo, e, com a exceção de uma família, todos os demais residem no campo (Gráfico 1).

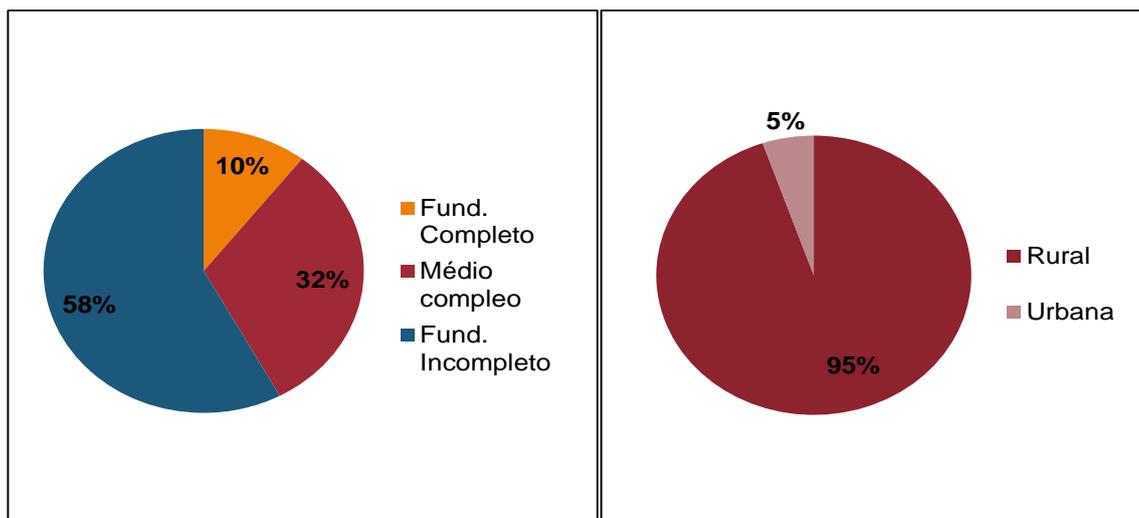


Gráfico 1 - **Escolaridade e local de residência dos fornecedores do PAA.**

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2011.

Diferentemente da realidade dos pais, hoje a educação tem se tornado acessível a grande parcela dos jovens. Esta mudança no ensino superior vem sendo ampliada, principalmente, a partir da redemocratização do ensino superior e por meio de programas específicos que contribuem para o acesso.

As famílias basicamente são constituídas por um número pequeno de indivíduos (2 ou mais filhos). Em alguns casos esses residem junto com os pais auxiliando no trabalho da propriedade, ou ajudam no complemento da renda com o trabalho fora da propriedade.

Na maioria dos casos, os jovens deixam o núcleo familiar em busca de uma formação superior. O incentivo ao estudo reflete a preocupação com a qualificação profissional e, sobretudo, assegura em um momento posterior, o retorno em conhecimento para melhorar e qualificar o núcleo familiar.

A constante busca por conhecimento, capacitação e novas alternativas de renda tem como reflexo condicionante diferentes níveis organizacionais nas propriedades. Muitas propriedades buscam por meio da agregação de valor à produção, encontrar novos nichos de mercado e, conseqüentemente, novas estratégias de renda. As agroindústrias familiares neste contexto têm se apresentado como uma alternativa viável de organização social, estimulando não somente a união dos pequenos agricultores em associações e cooperativas como também, fomentando novas experiências de usos de marcas e selos coletivos. Isso se coloca como um caminho para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, viabilizando a produção das pequenas propriedades.

Dos 19 fornecedores do programa, 63% estão organizados em pequenas agroindústrias familiares e 37% são agricultores familiares, ou seja, 12 e 7 famílias, respectivamente (Gráfico 2). Ainda no que diz respeito ao perfil, verifica-se também que 63% dos 19 fornecedores residem no município de Pinhalzinho e 37% dos fornecedores inseridos no programa são de municípios circunvizinhos.

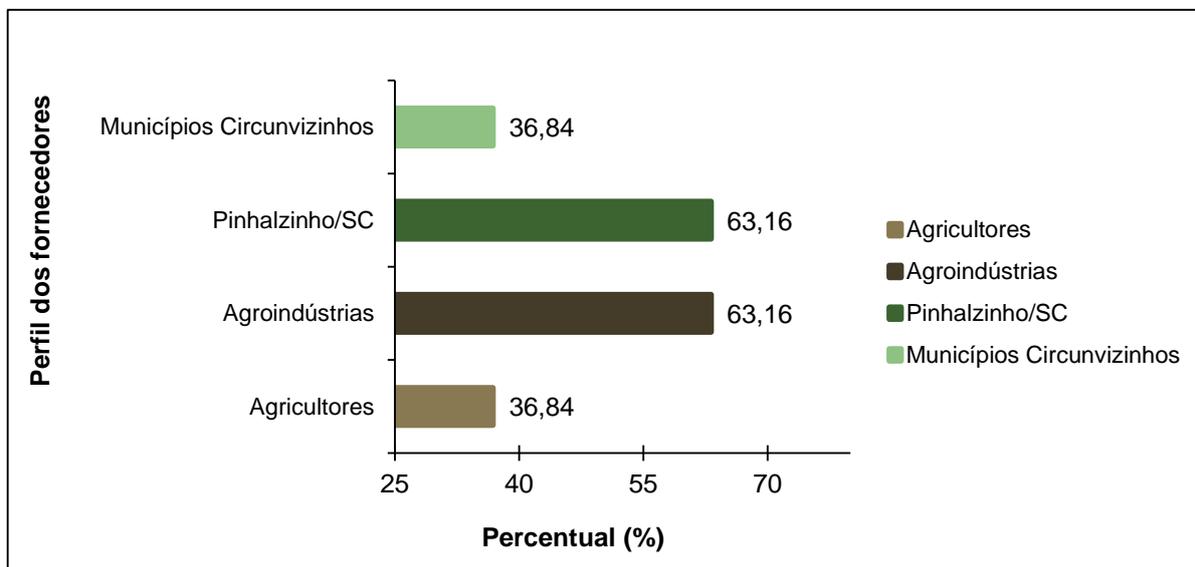


Gráfico 2 - Perfil dos fornecedores do PAA.

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2011.

Conforme destaca o coordenador da COOTRAF, a participação de municípios circunvizinhos é legalmente reconhecida, não existindo um limite territorial para a entrega de produtos. Isto também acontece com o município de Pinhalzinho, que ajuda a suprir a escassez dos municípios de Saudades - SC, Sul Brasil - SC e Nova Erechim – SC, transferindo principalmente derivados de leite.

O perfil apontado pelo Gráfico 2 se justifica em determinados momentos pelas pequenas extensões de terra que muitos agricultores possuem, obrigando-os a buscar por novas fontes para complementar a renda e otimizar a área da propriedade. Já em outros núcleos familiares, a experiência positiva da venda de produtos ao PAA fomentou a organização dos agricultores em associações e/ou pequenas agroindústrias, capacitando-os para lidar de forma mais preparada com mercados futuros.

É importante ressaltar, no que tange essencialmente aos agricultores, que o principal motivo para adesão ao programa se faz, sobretudo, em oposição ao modelo de integração fortemente acentuado no município. Para sustentar este dado, o Gráfico 3 apresenta o alto índice de produtores que não possuem as condições de se enquadrar no perfil exigido pelo sistema de integração. Os dados referentes ao Gráfico 3 são aplicados restritamente aos 19 fornecedores do PAA.

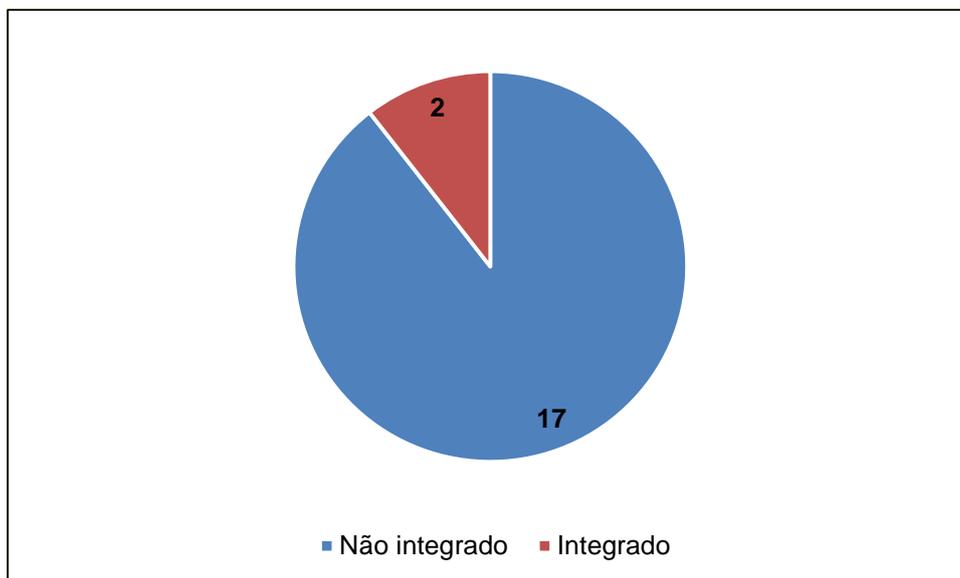


Gráfico 3 – **Número de integrados e não integrados dentre os fornecedores do PAA.** Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2011.

Estes agricultores que não possuem as condições necessárias para se enquadrar no sistema encontram nas políticas públicas de desenvolvimento rural novas possibilidades de comercialização e de inserção autônoma nos mercados. Somado as outras atividades desenvolvidas na propriedade, o PAA, constitui-se em uma fonte de renda acessória, propiciando aos pequenos produtores condições de se manter diante das imposições do sistema e garantindo a permanência das famílias no campo.

No quadro de fornecedores do PAA, dois produtores estão inseridos no sistema de integração, conforme demonstrou o Gráfico 3. Quando indagados em relação à avaliação do sistema de integração, estes apontam que o sistema deixa muito a desejar. Destacam que o produtor sempre fica em segundo plano nos ganhos, e que o sistema exige muito investimento em estrutura, qualificação e mão-de-obra, obrigando os produtores a contraírem altos financiamentos e, conseqüentemente, a permanecerem no sistema para cumprir com as dívidas.

Tomando como recorte de análise o município em destaque, o percentual de famílias que na atualidade estão inseridas no sistema de integração (aves, suínos e leite) chega a mais de 90%<sup>7</sup>. No entanto, ainda há um grande contingente de agricultores familiares que precisa do apoio das políticas públicas para superar as dificuldades enfrentadas no campo. Dessa forma, a produção de alimentos é uma excelente alternativa para superar essa situação. Incluir a agricultura familiar nos circuitos de abastecimento dos mercados locais e, em particular, as instituições públicas, é uma excelente alternativa para promover a inclusão produtiva.

Em um diagnóstico mais aprofundado referente ao PAA, todos os fornecedores apontaram que o programa é um meio seguro para escoar a produção e que este contribui significativamente no complemento da renda. Entretanto, os produtores afirmam que a produção não é exclusiva ao PAA. Parte da produção é destinada a comercialização em feiras livres no caso dos agricultores, e no caso das agroindústrias, a produção também é comercializada em restaurantes, mercados, padarias e venda informal.

<sup>7</sup> Entrevista realizada no dia 25/08/2011 com o atual Secretário da Agricultura do município de Pinhalzinho.

No total de itens destinados ao PAA, mais de 40 produtos são fornecidos. Esta produção está dividida entre as agroindústrias e os agricultores. Dentre os produtos fornecidos por parte das agroindústrias destacamos: queijo, leite, cortes de carne, salame, linguiçinha, banha de porco, frango, ovos, melado, açúcar mascavo, trufas, produtos panificados e massa caseira. As hortaliças, frutas, vinhos, sucos, mandioca, doces entre outros, ficam a cargo dos agricultores (Figuras 3 e 4).



Figura 3: **Cultivo de hortaliças para comercialização no PAA.**

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2011.



Figura 4: **Alguns dos produtos entregues ao PAA.**

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2011.

A entrega dos produtos é feita pelos próprios fornecedores na Cooperativa, que em um momento seguinte redistribuí às entidades receptoras. Entre as entidades beneficiadas com os produtos no município estão escolas, creches, hospital, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Programa de Erradicação

do Trabalho Infantil - PETI e Secretaria de Assistência Social. As entidades recebem os produtos gratuitamente e os fornecedores são remunerados com recursos do programa.

A porcentagem da comercialização dos produtos do PAA, em relação aos outros canais de venda, atinge valores mais expressivos no que tange aos agricultores. Para as agroindústrias o percentual não é tão significativo, entretanto, como reforçam os próprios produtores, por menor que seja a venda ao PAA, sempre auxilia no complemento da renda. Unanimidade dos produtores afirmam que o programa tem contribuído para a melhoria da renda e que pretendem continuar participando do PAA. Essa satisfação os fornecedores atribuem a tranquilidade que tem em saber que a produção terá sua compra garantida e consequentemente, uma renda periódica.

Do quadro de fornecedores entrevistados, 71% destes pretendem aumentar a produção e 29% afirmam que somente não ampliarão a produção em virtude da falta de mão-de-obra ou de matéria-prima. Neste caso, a falta de mão-de-obra e em alguns casos a escassez de matéria-prima limitam a ampliação da produção.

Dentre os produtores entrevistados, muitos pretendem aumentar não só a área, como também o leque de produtos fornecidos. Isso se faz possível pelo fato de a produção destinada ao PAA ocupar pequenas extensões da propriedade ou somente a estrutura no caso das agroindústrias. Sendo assim, inúmeras outras fontes de renda e/ou culturas são mantidas na mesma área, conforme demonstra o Gráfico 4.

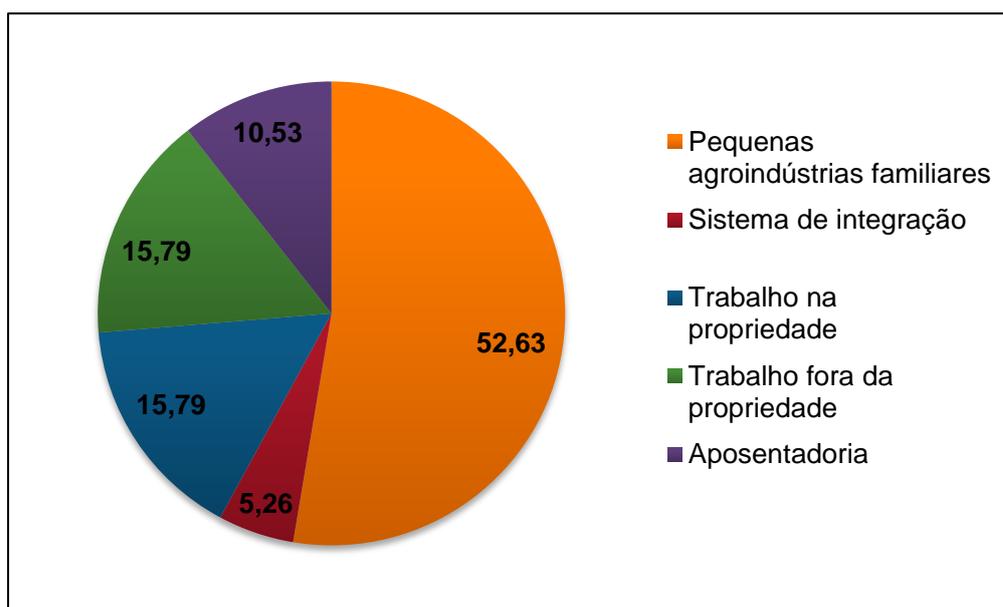


Gráfico 4 - Principais fontes de renda das propriedades.

Trabalho de campo realizado pela autora, 2011.

O complemento com outras fontes de renda torna-se imprescindível para suprir todas as demandas do núcleo familiar, haja vista que a renda obtida com a venda dos produtos ao PAA é insuficiente. A manutenção de um diversificado número de atividades faz-se extremamente necessário e primordial diante das limitações de terra e de capital de muitos produtores, cuja produção não é suficiente para remunerar adequadamente a pequena propriedade rural e propiciar o crescimento do seu capital.

No ano de realização da pesquisa, a valor máximo por DAP<sup>8</sup> agricultor/ano na modalidade CPR-Doação era de R\$ 4.800,00/ano. Este valor distribuído ao longo do ano ajuda no complemento da renda, porém, ainda é um valor reduzido diante das despesas de uma propriedade. Todavia, embora seja reduzido o valor recebido por mês, é uma fonte segura de renda e, principalmente, periódica. Atualmente, (2015), este valor já atinge R\$ 8.000,00/ano, valor que já responde de forma mais eficiente no que concerne as demandas de um núcleo familiar.

Quanto à questão dos incentivos e assistência técnica, os resultados foram variados. Todos os agricultores relatam que recebem assistência técnica fornecida por entidades relacionadas à Secretaria de Agricultura, Epagri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e COOTRAF, entretanto, declaram que esta é de qualidade razoável e insuficiente. Por isso, todos afirmam que participam de cursos e reuniões técnicas e apontam a importância destes para qualificar a propriedade. Nesse sentido, a assistência técnica é fundamental para que a produção seja organizada, qualificada e direcionada para atender os padrões estabelecidos pelo programa.

A respeito da forma de produção, com a exceção das agroindústrias e de um produtor que produz na forma convencional, os demais cultivam produtos orgânicos e agroecológicos. Na atual conjuntura, cada vez mais a sociedade vem reconhecendo a importância de estimular hábitos alimentares mais saudáveis. Desta forma, o PAA pode ser um importante aliado e vetor de acesso a alimentos saudáveis a partir da oferta de produtos orgânicos e agroecológicos.

No que concerne à avaliação do PAA, vários pontos foram elencados pelos fornecedores. Em um contexto geral, a avaliação foi tida como positiva em todos os casos. De forma quase unânime, todos os produtores apontaram o item de assistência técnica como o mais problemático. Destacam que muitas das dúvidas e dificuldades enfrentadas na produção poderiam ser esclarecidas se a assistência fosse mais eficaz e periódica.

Outro ponto relatado foi a falta de um cronograma de entrega semanal ou mensal que possibilitasse ao produtor organizar sua produção de forma a não haver escassez de produtos. Ainda no que diz respeito ao cronograma, dentre as sugestões feitas pelos produtores, destaca-se: delegar a cada produtor a especialização em determinados cultivos/produtos. A divisão da produção por famílias responderia ao mesmo tempo por duas lacunas na organização do programa. Facilitaria no processo produtivo, ou seja, as famílias se organizariam de acordo com determinada produção podendo cultivar/produzir um número menor de itens, mas em grande quantidade. Outro ponto positivo, principalmente no que concerne a oferta/demanda seria a concentração da produção em determinada propriedade, evitando o deslocamento a inúmeras outras propriedades para arrecadar a quantidade necessária.

Outro aspecto de suma importância elencado pelos fornecedores é que o PAA deveria absorver uma maior demanda de variedades da produção local. A proposta levantada, de fato, pode ser efetivada pela flexibilidade que o programa possui nas estratégias de abastecimento dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Faz-se necessário um planejamento por parte das instituições que recebem os alimentos levando em consideração a sazonalidades de inúmeros produtos.

---

<sup>8</sup> DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf.

Como o programa na maioria das vezes nasce da oferta disponível da agricultura familiar local, ou seja, da disponibilidade de alimentos produzidos, as entidades receptoras não estão formatadas para tal necessidade e/ou não há produção significativa, restringindo-se apenas a pequenos períodos. Isso dificulta uma oferta regular que seja capaz de suprir uma demanda por períodos longos. Vale destacar que a obrigatoriedade municipal de compra é de 30%, no entanto, havendo produção suficiente à compra pode ultrapassar o teto estabelecido gerando mais renda a um número maior de famílias. É imprescindível uma capacitação cada vez maior para responder de forma satisfatória as demandas. No que tange a esse ponto, há um grande apoio do governo municipal em fomentar a ampliação do programa e da compra. O incentivo governamental é o principal responsável por essa ampliação no longo prazo podendo ser um importante aliado das políticas públicas de educação alimentar.

Aprofundando a análise sobre as pequenas agroindústrias familiares, no ano de 2011 11 agroindústrias familiares participavam do PAA, sendo quatro de municípios circunvizinhos. Por não existir um limite territorial de entrega, Pinhalzinho recebe e também fornece produtos a outros municípios, entretanto, esta lacuna na demanda do município poderia ser complementada com produtos da localidade, conforme destaca o coordenador da COOTRAF.

Todavia, a pouca capitalização das famílias, a falta de recursos, estrutura, mão de obra qualificada e, principalmente, a burocracia envolvida para dispor da inspeção municipal ou estadual - pré-requisito obrigatório para comercializar a produção -, acabam por limitar a implantação de novas agroindústrias. Estes exemplos citados impedem que a renda seja oriunda do próprio município, e nele investido.

A dificuldade em acumular recursos para estruturar uma agroindústria fica visível quando perguntamos aos fornecedores se haviam recebido ou adquirido algum incentivo e/ou montante para efetivar a implantação das agroindústrias. Do total de 11 pequenas agroindústrias, oito se enquadram em alguma modalidade. Dentre as modalidades mais destacadas estão o Pronaf, o financiamento bancário e a Epagri. O montante contraído no momento da implantação varia de R\$ 2.000 a 70.000. Somente duas agroindústrias ainda não quitaram o montante e sete, das 11 agroindústrias, afirmam que utilizam ou irão utilizar alguma forma de crédito rural.

No quesito de produção, força de trabalho e capacidade de armazenamento, inúmeras respostas surgem das agroindústrias. Somente duas dessas se utilizam de mão-de-obra temporária e uma com força de trabalho permanente. As demais são mantidas com a mão-de-obra familiar. Muitos destacam que planejam ampliar a produção e contratar mais força de trabalho, entretanto, os encargos embutidos na contratação de funcionários são grandes, e às vezes a produção não cobriria o investimento. Outro ponto apontado é que na contratação de funcionários, em muitos dos casos, as agroindústrias mudariam de categoria, passando a enquadrar-se em modalidades diferentes de arrecadação de impostos, sendo que estes custos são altos e dependendo dos casos, não seriam supridos com a produção.

Algumas agroindústrias já possuem uma demanda de comercialização garantida e assegurada, outras ainda buscam se inserir de forma mais acentuada no mercado. Este fator é bastante relativo, principalmente em virtude do período de fundação destas. Algumas já estão estruturadas há mais de 10 anos, outras há

pouco tempo. Conforme relatam os proprietários, o maior percentual da produção é comercializado em mercados, padarias, açougues, na própria COOTRAF e venda direta. Outra parcela é direcionada para o PAA.

Quanto às perspectivas de ampliar a produção, todos almejam aumentar a produção, todavia, a mão-de-obra é o principal fator apontado pelos produtores como limitante a produção. O Gráfico 5 demonstra as perspectivas de ampliação por parte das agroindústrias.

Além da falta da mão-de-obra, em muitos dos casos ela não é qualificada. Outro fator que implica de forma direta é a grande falta de matéria-prima no caso das agroindústrias de derivados de carne e de cana-de-açúcar. Como relatam os produtores, os suínos criados no sistema de integração não podem ser retirados dos lotes para abate e, atualmente, há pouquíssimos produtores que ainda criam suínos no sistema antigo. A escassez de matéria-prima dificulta a capacidade de produção da agroindústria.

O mesmo fato acontece com a agroindústria de derivados de cana-de-açúcar. A produção deste gênero na região é mínima, somente para o abastecimento das famílias, ou seja, a falta do produto limita a produção.

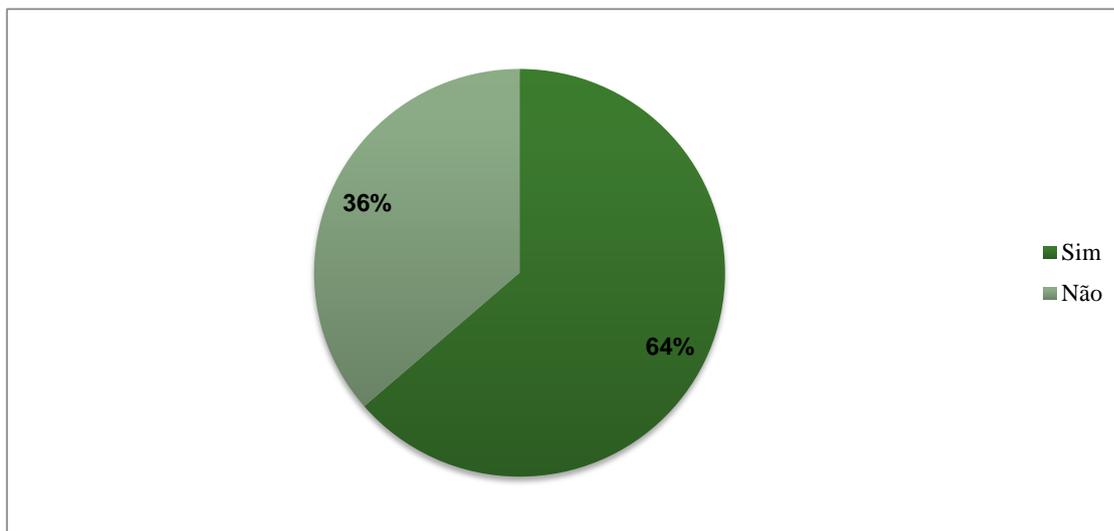


Gráfico 5 - **Perspectivas de ampliação das pequenas agroindústrias familiares.**

Fonte: Trabalho de campo realizado pela autora, 2011.

Para finalizar, quando questionados em relação às perspectivas de continuar no campo e na atividade, todos os 19 fornecedores afirmam com convicção que não pretendem deixar o campo. Relatam que pretendem melhorar a produção organizando cada vez melhor a propriedade para poderem viver de forma digna no campo.

### **Considerações finais**

O presente texto centrou-se na análise do processo de modernização da agricultura que imprimiu complexas modificações nas relações cidade-campo, enfatizando os desdobramentos desta modernização no Oeste Catarinense, em especial, o contexto da agricultura familiar e sua relação com o setor agroindustrial. Além disto, buscou-se também identificar algumas características das políticas públicas de desenvolvimento

rural, particularmente o Programa de Aquisição de Alimentos, dando ênfase ao município de Pinhalzinho - SC.

Sendo assim, é possível inferir que o programa na localidade impõe-se como força contrária a hegemonia desempenhada pelas atividades produtivas dominantes, fortemente instauradas na região. Embora não esteja isento de críticas e desafios, o PAA tem propiciado aos pequenos produtores familiares novas alternativas de renda e, conseqüentemente, assegurando a reprodução socioeconômica deste segmento social por meio do acesso aos mercados institucionais.

Por mais que, como medida única, o programa seja frágil e insuficiente para responder com as demandas do núcleo familiar, é indiscutível a necessidade de o PAA se tornar uma política pública perene de apoio a agricultura familiar, principalmente em virtude da concentração da produção alicerçada no modelo de integração agroindustrial (aves e suínos) na região Oeste.

Desta forma, é imprescindível que os gestores reconheçam definitivamente a importância do programa no fortalecimento da agricultura familiar, tornando a aquisição de alimentos como parte de uma estratégia que contribui não somente com a agricultura familiar, mas que tem papel primordial na promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional.

Para finalizar, o PAA no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento rural representa um marco, onde o Estado passa a intervir de forma mais pronunciada junto a agricultura familiar. Articulado com outras políticas públicas, o programa surgiu para assistir e intensificar a agricultura familiar, garantindo a estes produtores novas possibilidades de produção e comercialização, articulando a oferta de um lado e a demanda de outro, para que os pequenos produtores possam se fixar no campo e, sobretudo, reforçar este segmento que tem um papel significativo no conjunto da sociedade.

Sendo assim, esse trabalho não encerra esse tipo de pesquisa, pelo contrário, visa abrir novas possibilidades de debates para que outros estudos venham a se realizar sobre essa temática.

## Referências bibliográficas

ALBA, Rosa Salete. Apontamentos sobre a Geografia do Oeste de Santa Catarina. In: ALBA, Rosa Salete. **Estudos de geografia agrária do Oeste catarinense**. Chapecó: Argos, 2008, p. 19-45.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. **Produtos e Serviços: Transparência pública do PAA**. Brasília: CONAB, 2015. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1296&t=2>>. Acesso em: 19/05/2015.

COLETTI, Tomé. **Agroindústria suinícola e agricultura familiar: uma “crônica” sobre a trajetória histórica no Oeste Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2009, 202 f.

CORAZZA, Gentil. Traços da formação socioeconômica do Oeste Catarinense. In: **VII Encontro de Economia Catarinense**, Florianópolis, 2013. p. 1-24.

BRASIL. **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Acesso em: 18/05/2015.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As Agroindústrias no Brasil: O Caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999. 266p.

FRANÇA, Levy Rei de. **A evolução da base técnica da avicultura de corte no Brasil: transformações, determinantes e impactos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000, 141 f.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. **Agricultura Familiar**. Primeiros resultados. Brasil. Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2009. 262p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries Estatísticas e Séries Históricas**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>. Acesso em 26/05/2015.

MIOR, Luiz Carlos. Agricultura Familiar, agroindústrias e desenvolvimento territorial. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÉRE, J. P. (Org.). **Desenvolvimento Territorial no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, 2010. p. 235-258.

PERTILE, Noeli. **Formação do espaço Agroindustrial em Santa Catarina: O processo de produção de carnes no Oeste catarinense**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. 322 f.

PIVA, Ana Silvia. **Formação do sistema agroindustrial e os fluxos migratórios na Mesorregião Oeste Catarinense**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. 85 f.